

## Casamento em Portugal – entre o sim e o porque não?

A partir de uma pesquisa em curso<sup>1</sup>, sobre o casamento, expõem-se nesta comunicação algumas reflexões resultantes de uma análise, ainda muito parcelar, das informações recolhidas.

Como é que as transformações de valores nos últimos 40 anos se fazem sentir na vida conjugal ou são reveladas no seu decurso? Como é que, as pessoas casadas encaram e protagonizam, hoje, o casamento? Haverá diferenças significativas no plano das representações e das práticas entre os mais jovens e os menos jovens? E haverá de facto um casamento no feminino e outro no masculino? Que diferenças entre jovens e menos jovens quanto ao género? Haverá mais mudanças no discurso sobre o casamento ou nas respectivas práticas? Por onde passam hoje os interditos, para ambos os sexos a respeito da conjugalidade? Estaremos a mudar de modelo quanto ao amor? Será que do casamento-instituição se passou ao casamento-paixão? E que nuances se encontram entre estes dois pólos? Que tensões? Como se gere o espaço íntimo, pessoal, no quadro do espaço nós-casal? Onde acaba a conversa a dois, onde começam as fronteiras ou o silêncio? Como se vive o rito de passagem que é, sempre, o primeiro casamento? Casamento religioso é igual a sacramento ou a puro ritual? Que contornos específicos assumem algumas destas tendências centrais quanto à conjugalidade em diferentes meios sociais?

Esta bateria de interrogações exprime o conjunto vasto, e pouco ambicioso, de questões que foram o pretexto inicial para a pesquisa. Não se pretende no âmbito desta comunicação responder a todas elas. A investigação não está terminada e também é provável que ela não venha a conseguir responder a tanta curiosidade. Começar assim funciona apenas como forma de colocar o

\* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi financiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

leitor naquele ambiente inicial e difuso que caracteriza o arranque da pesquisa. Vale a pena agora reorganizar o sentido das perguntas, procurando uma focagem mais precisa das pistas de investigação.

Havia, no início, duas ideias fundamentais. A primeira sugere que o processo de conciliação entre o bem-estar pessoal e o bem-estar conjugal e familiar produz maiores tensões pessoais do que no passado. A segunda ideia converge no mesmo sentido mas por outra via. A tendência, particularmente visível nalguns grupos sociais, para a simetria de percursos e de trajectos, nomeadamente dos profissionais, entre homens e mulheres casados produz também tensões cujos efeitos parecia interessante analisar. Vejamos como se chegou a estas formulações.

A primeira ideia tinha surgido em trabalhos anteriores sobre o divórcio. Aí ficara evidenciado que também para Portugal seria válido afirmar que, como tendência global, se valorizam hoje mais na conjugalidade os aspectos relacionais e intrínsecos do que os aspectos institucionais. A relação conjugal deixou de ser uma instituição a preservar a qualquer preço ou à custa de todos os sacrifícios. Isto é, e utilizando outras categorias de análise, se assistiria à perda de importância do modelo tradicional.

O aumento do divórcio é apenas um dos sinais dessas mudanças que mostra como mais do que preservar a instituição se trata hoje em dia de a manter segundo certas condições. Uma delas, precisamente, é a que estabelece o bem-estar de cada um dos membros do casal como critério para a manutenção do matrimónio. É claro que muitos casamentos continuam a sobreviver mesmo quando o mal-estar se instala. Mas o que há de novo é que esse mal-estar, com diversas facetas e modos de se revelar, passou a constituir só por si fundamento eventual para que o divórcio surja como alternativa possível e legítima.

Estas transformações podem ser entendidas ainda como uma extensão dos valores da liberdade individual que passam a poder sobrepor-se aos valores colectivos mesmo no colectivo mínimo a dois que o casamento constitui. A aceitabilidade social destes valores foi confirmada como se sabe pelo acolhimento legal amplo do divórcio no pós-25 de Abril.

Quando se quer responder de forma sintética e necessariamente simplista à questão de saber porque é que as pessoas se divorciam hoje mais do que no passado a resposta pode ser dada em poucas palavras: primeiro porque acham que podem (já não são perseguidas, ostracizadas, marginalizadas, os valores mudaram) e segundo porque realmente podem (nem todos têm condições objectivas para o fazer mas alargou-se manifestamente o número dos que as reúnem).

O divórcio é assim um revelador das transformações referidas. Mas não será que estas transformações se fazem sentir também noutros contextos? Como é que esta valorização do individual, se faz sentir nos casamentos que duram? A visibilidade súbita do divórcio, não pode fazer esquecer que a

maioria dos casamentos têm continuidade. A valorização da realização pessoal que constitui tendência que também se verifica em Portugal, deve também, fazer-se sentir, provavelmente sob configurações diversas, nas relações conjugais que têm continuidade. Sob que formas? Como se vão conciliando ao longo do trajecto conjugal os projectos colectivos, familiares e do casal, com os projectos individuais? Será que eles se fundem? Haverá negociação, cedências, tensões? Será que certas situações ou momentos chave do ciclo de vida conjugal revelarão de forma mais clara do que outros estes processos? Esta foi uma das pistas de investigação que se resolveu seguir.

Parceiros do jogo conjugal têm sido sempre, até que a lei mude, uma mulher e um homem. Constatação simples que serve para apresentar a segunda pista de investigação. O que interessava agora perceber era se as mudanças que se operaram do lado de cada jogador teriam alguns efeitos no plano e no decurso do jogo. Por outras palavras, como é que a questão da igualdade de direitos entre homens e mulheres era susceptível de influenciar a vida conjugal.

A generalização da actividade profissional das mulheres, factor estruturante das sociedades modernas e parte integrante de um processo mais vasto de igualdade no plano dos direitos formais, tem implicações pessoais e familiares. Com efeito, pode dizer-se que, para uma mulher, no espaço de 30 anos o campo de possibilidades de «ser pessoa», antes circunscrito, para ser legítimo, à esfera da casa e da reprodução, se ampliou para outros domínios. Para dar um exemplo referente ao plano conjugal passou-se, teoricamente, de uma certa divisão de funções numa lógica de complementaridade, assente na simetria, para uma lógica de partilha e indiferenciação de funções e para a simetria de percursos profissionais. Pretendia-se saber, com esta pesquisa, como é vivida esta passagem.

Se é verdade que um conjunto de indicadores nos revelam uma tendência no sentido da adopção, no plano do discurso, da igualdade de direitos entre homens e mulheres na esfera conjugal e familiar, não é menos verdade que outros indicadores apontam para a manutenção, na prática, de significativas assimetrias.

O segundo grande conjunto de questões a investigar relacionava-se assim com a problemática do género no contexto da conjugalidade. Deu-se aqui atenção particular quer às dimensões discursivas quer à dimensão das práticas e aos eventuais desfasamentos entre as duas esferas. Através da variável idade e duração do casamento procurou-se também avaliar se as novas gerações se posicionam face à conjugalidade e face à questão do masculino e do feminino de forma substancialmente diferente das gerações anteriores.

Pretendeu-se ainda alargar o campo de conhecimento a um conjunto mais variado de questões sobre a conjugalidade: a experiência relacional e amorosa antes do casamento, os namoros; as representações sobre o amor e o casamento, sobre o masculino e o feminino; a percepção das mudanças que a vida

conjugal implicou; a comunicação e interação no casal; perspectivas sobre a educação dos filhos; a gestão do espaço do eu e do espaço do nós, como por exemplo, as zonas que se definem como íntimas e as que se consideram partilháveis; as regras, equilíbrio e tensões que essa gestão implica; o papel do trabalho e do lazer na realização pessoal e na vida conjugal; o papel de terceiros, familiares e amigos; valores e representações que de forma directa ou indirecta se associam à vida conjugal, como a religiosidade, entre outros;

A estratégia de pesquisa incluiu a recolha de informação sociográfica. Analisaram-se dados estatísticos e resultados de outros inquéritos já realizados no domínio dos valores, representações e práticas referentes ao universo da família e da conjugalidade. Eram informações úteis para efeitos de análise comparativa, ao nível nacional e internacional. Muitas vezes, como se sabe, a verificação de certas regularidades, mais ou menos inesperadas, é ela própria sugestiva de pistas de pesquisa. As respostas a inquéritos por questionário também podem ser utilmente comparadas com as respostas que as perguntas abertas das entrevistas permitem. Não raras vezes se descobrem aí, como aconteceu nesta investigação, descoidências que se tomam heurísticas.

Mas o sentido das pistas de investigação dirige-a, no essencial, para o uso de técnicas qualitativas. A entrevista em profundidade foi o meio privilegiado de recolha de informação. Realizaram-se, até ao momento presente, cerca de 60 entrevistas a casais que residem na área metropolitana de Lisboa, de vários meios sociais, idades e durações de casamento. As entrevistas, dada a definição das pistas e hipóteses de investigação foram efectuadas isoladamente a cada membro do casal e dizem respeito a indivíduos que nunca se separaram ou divorciaram. O processo de recolha de informação está terminado. A análise de conteúdo ainda não, restando analisar algumas entrevistas aos sectores operários. Mas é sobretudo a expressiva e variada quantidade de informação disponibilizada nas entrevistas que exige ainda trabalho mais minucioso. O guião é muito vasto, contém mais de cem perguntas abertas e algumas fechadas<sup>2</sup>.

2. A escolha de um leque reduzido de perguntas fechadas introduzidas no final do guião de entrevista tinha como objectivo, como se disse acima, fazer algumas comparações com os resultados de outros questionários mas também se destinava a observar as possíveis contradições entre os dispositivos acionados em situação de inquérito por questionário e os que se põem em prática nas situações de entrevista. Procurava-se, assim, contribuir para o que J. Madureira Pinto e J. Ferreira de Almeida têm proposto como a necessidade da construção de «teorias auxiliares de observação». Na verdade a experiência deu resultado. As contradições entre o que se diz ao longo da entrevista e o que se afirma no final, nas respostas às perguntas fechadas, são muito frequentes. O que além de mostrar uma velha questão — as respostas em situação de inquérito por questionário são da ordem do que o entrevistado pensa que deve ser a «boa resposta» — elucida também de forma mais rica e aprofundada aspectos das próprias respostas às perguntas abertas. Esta questão técnico-metodológica merece maior desenvolvimento no relatório final da pesquisa.

Nesta comunicação pretende-se apenas dar conta de aspectos que se tornaram, numa primeira abordagem, mais evidentes. Não são provavelmente os mais interessantes. Nem sequer se responderem aqui às questões, talvez decisivas, colocadas no início. Pela positiva diria que este texto se pode incluir na categoria — provavelmente inexistente — dos apontamentos de pesquisa. Adoptei uma lógica fotográfica com variação de modelos e de cenários: ora aparecem operárias na casa dos trinta a falar da sua relação com o trabalho, ora surgem jovens a explicar porque optaram pelo casamento e não pela união de facto, ora entra em cena a velha questão da partilha das tarefas domésticas. Por fim, anunciam-se telegraficamente alguns aspectos referentes à comunicação, aos espaços íntimos e aos de partilha no casal.

A problematização teórica, a definição mais precisa das hipóteses, as inflexões de sentido e as reformulações que o caminho da investigação foi implicando, não constam neste texto. Por um lado, o espaço disponível não permite que se explicitem os avanços realizados. Por outro, falta ainda fechar o ciclo da análise de conteúdo, de modo a tornar mais sólidos e fundamentados os resultados e as conclusões possíveis.

## 1. CASAMENTO: DA TRADIÇÃO AO RITUALISMO E AO PRAGMATISMO

As interrogações colocadas no início, foram definidas, como quase sempre acontece, a partir de um feixe variado de problemas de pesquisa que surgiram de várias fontes. Alguns desses problemas, como se disse, eram o prolongamento de questões em aberto surgidas noutras investigações. Outros foram colocados a partir da problematização teórica, suscitada pelo diálogo com perspectivas de vários autores e investigadores no domínio geral da sociologia bem como da sociologia da família. Outros ainda, surgiram da verificação de grandes tendências, reveladas a partir dos dados estatísticos ou das respostas a grandes inquéritos, que se pretendia comparar e analisar de forma mais aprofundada nas entrevistas.

Vale a pena, a propósito desses dados, referir alguns exemplos. Parece interessante perceber porque é que em Portugal os valores da simples coabitação entre os jovens são tão baixos<sup>3</sup>, ou dito por outras palavras, porque é

3 O facto da coabitação em Portugal ter poucos aderentes entre os jovens pôde ser confirmado a partir dos resultados de vários inquéritos. Em primeiro lugar, no inquérito promovido pelo IED em 1983, cf. J. Machado Pais, «Família, Sexualidade e Religião», *Análise Social*, vol. XXI, n.º 86; em segundo lugar, no inquérito realizado pelo ICS à Juventude Portuguesa publicado em 1988; e ainda mais recentemente, em 1994, num inquérito aos jovens do Concelho de Loures, promovido pela CML cuja equipa responsável foi constituída por J. Ferreira de Almeida, J. Machado Pais, Fernando Luís Machado, Antília Torres, Paulo Ferreira e João Sedas Nunes.

que o casamento é tão popular. Aqui, ao contrário de outros países da Europa, o trajecto conjugal inicia-se com o casamento e não com a união de facto, como parece ser a tendência, por exemplo, em França ou na Suíça.

A primeira constatação relevante, na análise das entrevistas, é que o número de casais que coabitaram antes do casamento é muitíssimo reduzido. Em inquéritos feitos em Portugal tinha-se concluído que o número dos que viviam em união de facto era, na verdade, insignificante. Em contrapartida, o volume dos que declaravam preferir começar pela união de facto o seu futuro casamento passa a ser já relativamente importante<sup>4</sup>.

Na Suíça, a partir de um grande inquérito longitudinal iniciado em meados de 70, concluiu-se que 65% dos jovens casados tinham coabitado antes do casamento<sup>5</sup>. Em França considera-se, por outro lado, que nos últimos anos se operou uma viragem significativa no processo de entrada na vida conjugal<sup>6</sup>. A união de facto, ou a convivência com grande proximidade<sup>7</sup>, surge como uma etapa de selecção de parceiros, só se realizando o casamento quando a relação dá garantias de estabilidade e/ou nasce o primeiro filho. Mas em Portugal pode dizer-se, sem sombra de dúvida, que a entrada na vida conjugal se faz claramente pelo casamento. Que razões e argumentos avançam os entrevistados para explicar tal facto?

Encontrámos essencialmente quatro tipos de razões, que designámos por *pragmáticas, estatutárias, ritualistas e espiritualistas*<sup>8</sup>. Considerámos para

4 Os resultados obtidos no inquérito aos jovens do Concelho de Loures revelaram que os jovens que ainda não tinham casado preferiam em relação à sua futura «opção conjugal», e por ordem decrescente, o *casamento religioso* (35%), logo de seguida (25%) apreciavam os que *não tinham projecto* definido a este nível, 19,9 % optavam pelo *item viver junto antes de casar*, e só 8,2% e 7,7% escolhiam, respectivamente, *casar pelo registo* e *união de facto* é curioso registar a escolha elevada da opção *sem projecto*. Esperar-se-ia, por exemplo, que esta opção tendesse a diminuir à medida que a idade dos jovens aumentasse, tendendo as respostas dos «sem projecto» a corresponder sensivelmente aos jovens que estão mais distantes da situação matrimonial. Mas não é o caso, e o cruzamento da variável idade, não introduz qualquer alteração significativa nas opções conjugais. O que faz supor que a forma de celebração do casamento é uma opção conjugal, que tenderá provavelmente mais a ser assumida segundo uma ou outra modalidade, consoante o parceiro, ou o que se considerar adequado quando o momento chegar. Nada, portanto, que se situe no plano das opções profundas ou ideologicamente muito comprometidas. De igual modo, e como se vai argumentando ao longo do texto, a opção *casamento religioso* parece indicar uma tendência ritualista na forma de encarar o casamento. Na verdade um número significativo dos que se afirmam não católicos (agnósticos, indiferentes e até ateus) afirmam desejar casar pela Igreja.

5 Cf. J. Kellerhalls, et al., *Marriages au Quotidien - Inégalités Sociales, Tensions Culturels et Organisation Familiale*, Lausanne, Éditions P.-M. Favre, 1982.

6 Cf. J. C. Kaufmann, *Sociologie du Couple*, Paris, PUF, Que sais-je?, 1993.

7 Por exemplo, passar fins de semana e férias juntos.

8 No inquérito por questionário realizado na Suíça, acima citado, foram utilizadas algumas categorias semelhantes a estas. No entanto, o facto de na presente pesquisa se utili-

esta análise as entrevistas dos jovens casados há menos de dez anos e com idades compreendidas entre os 24/25 e os 31/32 anos<sup>9</sup>.

Num primeiro grupo, em que são dominantes os jovens com formação universitária, surgem as razões de natureza pragmática. O casamento é mais cómodo, para não levantar problemas com a família. O que quer dizer que a geração dos pais, de um ou de outro cônjuge, ainda suspeita da «união de facto» invocando motivos genericamente relacionados com o controlo social (parece mal...). Para os jovens, por outro lado, não parece constituir grande problema ceder a esse desejo. Rapidamente se conformam ao que aparece mais como «vontade» do que como verdadeira pressão. É uma sugestão mansa a que os jovens cedem mansamente. A ideia de que ao fazê-lo estão também a marcar o seu território aparece, curiosamente porém, associada a este argumento. Cedendo, os jovens estão também a dizer que não querem interferências e que os devem deixar seguir a sua vida em paz. Um único casal, neste grupo, conheceu a experiência da coabitação. Diz-nos a mulher:

[...] ele tem por trás uma família convencional e eu tenho exactamente o contrário. Portanto, para mim o casamento estava muito longe, nunca tinha pensado nisso, e pronto, achei que devíamos viver juntos para ver se a experiência dava certo ou não. Realmente deu certo e depois comecei a ceder um bocadinho às pressões da família dele e a pensar [...] porque não? Porque não legalizamos a situação? E o casamento foi mais no decorrer disso [...] já estávamos como se estivéssemos casados. Vivíamos os dois juntos [...]. [Manuela Leitão, 26 anos, formação universitária]

Neste grupo ainda, onde se notou maior capacidade de afirmação da vontade dos jovens foi nos casos em que os pais, de um ou do outro cônjuge, desejavam que os filhos casassem pela Igreja católica. Nestas situações o compromisso residiu no casamento pelo Registo civil. Novamente aqui foi o pragmatismo que se impôs.

Para nós era mais cómodo o casamento. A família dela era mais conservadora, mais tradicional e ela é muito assustada com essas coisas. Por mim a formalização do casamento não era necessária [...]. Também nunca sofri desses complexos «anos 60» de que o casamento é uma abstracção. O compromisso que se assume é antes de se assinar o papel, não é depois. O papel foi um pró-forma para pagar menos impostos e para formalizar as coisas perante a família dela. Se não tivéssemos ca-

zar a técnica da entrevista em profundidade permitiu criar outras categorizações, já que elas foram efectuadas à posteriori a partir do discurso dos entrevistados.

<sup>9</sup> As idades dos homens são sempre ligeiramente superiores às das mulheres.

sado esses traumas da família duravam seis meses, até aparecer o primeiro neto [...] Mas também não há necessidade de estar com esses dramas todos [...] o mais cómodo possível [...]. [José Martins, 29 anos, formação universitária]

Pormenor ainda interessante a propósito da coabitação e deste jogo entre a vontade dos pais e o desejo de afirmação dos jovens é o que se passa com as relações sexuais pré-matrimoniais. É sob a égide do «não-dito», do subentendido, que se actua. Assim, todos os entrevistados deste grupo etário tinham tido relações sexuais com os seus parceiros antes de casar mas isso era completamente escondido dos pais nalguns casos, noutros era pura e simplesmente um não-dito.

Se pensarmos um pouco e compararmos esta situação com o facto de a coabitação antes do casamento ser muito expressiva noutros países, talvez se encontre aqui uma das chaves para o mistério. Coabitar antes do casamento já é reconhecer claramente que se partilha a vida com alguém de forma integral. Ora o que parece ser difícil para os jovens é dar o passo de romper uma ambiguidade cómoda explicitando inequivocamente o relacionamento sexual.

O tabu da sexualidade parece assim mais presente do que à partida se poderia esperar. Vive-se numa espécie de jogo cuja regra parece ser a de manter implícita a situação, ou seja, de guardar sobre ela o silêncio. Coabitar estranhará o jogo, era afirmar o que todos sabem mas não querem dizer. Como se considera que não vale a pena correr esse risco, cede-se ao casamento.

Do lado dos pais, o que os parece preocupar ainda é a reputação das raparigas, eventualmente comprometida se o relacionamento de coabitação se vier a quebrar. Casando, tal imagem negativa será esbatida, mesmo que depois as coisas não venham a correr como se deseja. Assim o carácter experimental que, num certo sentido, toda a relação do tipo conjugal comporta, transfere-se de facto, em Portugal, para o casamento.

O pragmatismo destas posições merece ainda um comentário. Como parece claro, estes jovens não fazem do casamento uma questão de combate ou de afirmação de valores. Nos anos 60, pelo contrário, a tendência em alguns sectores com formação universitária, ia no sentido de combater as ideias tradicionais a propósito do casamento e da família, afirmando o amor como fundamento legítimo para o casamento ou defendendo também a união de facto como garantia de manter a relação apenas segundo os critérios afectivos.

Mas esta diferença não nos pode conduzir à conclusão de que os jovens de hoje são conservadores ou que voltaram a padrões tradicionais. Primeiro, eles vivem num contexto em que os valores pelos quais a geração de 60 lutou se tornaram valores dominantes, pelo menos ao nível do discurso. Depois, quanto às realidades práticas, a legislação sobre o divórcio criou condições inteiramente diferentes das que existiam anteriormente. Hoje o carácter reversível, em caso de insucesso, da relação conjugal, está assegurado e não

merece batalhas. O casamento pode tomar-se uma opção pragmática, que dependerá para os que o desejem realizar, apenas das maiores ou menores vantagens que apresente. Nessas maiores ou menores vantagens incluem-se os problemas com terceiros (família, contexto social ou profissional), os impostos e benefícios fiscais, etc. De qualquer forma, prevalece a ideia de que o laço conjugal juridicamente confirmado é mais forte do que a união de facto.

Num segundo grupo identificado, onde encontramos mais jovens sem formação universitária, essa ideia tem ainda mais força. O desejo de casar funciona aqui também como garantia de estabilidade, forma mais evidente de ganhar um *estatuto* e a respeitabilidade respectiva. É este ponto de vista que deixámos identificado como *estatutário*:

Quando assinamos os papéis de casamento estamos a assinar um contrato, influencia um pouco a relação entre duas pessoas.[...] Ela é minha, ele é meu. O viver a dois sem papel assinado [...] há sempre algo em aberto, há sempre uma porta aberta, de um momento para o outro há um que pode sair. [José Peixoto, 38 anos ciclo preparatório, formador numa área profissional]

Nestes casos, mesmo sem ter em conta a vontade dos pais, o casamento seria a opção a tomar. Ele aparece de forma «naturalizada» como a sequência lógica de um projecto de relação amorosa e afectiva estável.

A perspectiva *ritualista*, por seu turno, revela-se quando os entrevistados casaram pela igreja embora sem convicção religiosa. Nestes casos pode haver uma mistura entre os argumentos de tipo estatutário, pragmático e os de carácter ritualista. Por um lado, o casamento é considerado como um marco importante, um compromisso, um meio de adquirir estatuto. Por outro, a harmonia religiosa acentua o valor do rito de passagem e é um sinal mais evidente para indicar o desejo de respeitabilidade e conformidade.

A hipótese foi sempre de casar. [...] Penso que nunca me passou pela cabeça ser só pelo Registo. Porquê? Talvez porque perante a sociedade o casamento pela Igreja é que vale, não é? Mas acho que é diferente. No Registo é só assinar o papel, não tem piada [...]. E o casamento pela Igreja tem um pouco mais de espectáculo, não é só o espectáculo, um bocadinho mais de pompa [...]. Mas também é um dia que uma pessoa gosta de recordar. [João Lopes, 35 anos, frequência do ensino secundário, encarregado de loja]

Argumentos caracterizando a posição espiritualista, são menos frequentes, mas também aparecem. Encontramos aqui uma versão «modernizada» da ideia do casamento como sacramento. E dizemos modernizada porque tam-

bém nestes casos, se fazem curiosas combinações com a visão católica tradicional. Serve de exemplo o caso frequente de os cônjuges terem tido relações sexuais antes do casamento e não seguirem as indicações da Igreja católica quanto à contraceção. Mas, e são mais as mulheres a afirmá-lo do que os homens, foi por convicção que se casaram pela Igreja.

[...] casei pela igreja porque sou católica praticante e acredito que a presença de Deus no nosso casamento é uma fase importante na vida do casal [...] foi uma opção mais minha do que dele. [Helena Peixoto, 33 anos, ensino secundário, técnica de contas]

Vejamos agora a questão, de início colocada, do peso relativo dos valores intrínsecos e de valores institucionais na conjugalidade. Quando colocados perante uma pergunta que os obrigava a optar entre uma perspectiva mais institucional e outra que valorizava os aspectos intrínsecos ou relacionais do casamento, os entrevistados de várias idades e durações de casamento tendem numa considerável maioria a optar claramente pela última perspectiva<sup>10</sup>. No entanto, como vimos, as respostas às perguntas abertas permitem detectar que mesmo achando que são os valores intrínsecos que interessam no fundamental, se valorizam outros. Há até quem contradiga no final, ao responder às perguntas fechadas, aquilo que tinha afirmado quando falava mais abertamente ao correr da entrevista.

O problema das perspectivas actuais sobre o casamento religioso merece também breve referência. Apesar de ter descido desde os anos setenta até hoje o casamento católico continua a ser, nalgumas regiões do País, expressivamente maioritário. Como a pesquisa bem evidencia, no entanto, surgem diferenças interessantes.

Quando casam pela Igreja católica, os que o fizeram há mais de 10 anos tendem a explicar esta opção de forma diferente dos que o fizeram há menos tempo. Os primeiros, invocam a tradição. Os que casaram recentemente, como já se exemplificou anteriormente, avançam sobretudo argumentos de natureza ritualista. Só quando se trata de pessoas que assumem a religiosidade de forma convicta e empenhada, como já se notou no excerto de entrevista de Helena Peixoto, e que habitualmente se auto-designam por católicos praticantes, a diferença entre mais velhos e mais novos tende a esbater-se. No entanto, como se sabe, o número dos que se afirmam católicos praticantes é muito menos expressivo do que o dos que casam pela Igreja.

Quando confrontados com as perguntas fechadas é de notar, que mesmo os que casaram pela Igreja e defendem a perspectiva ritualista, e até mesmo a

<sup>10</sup> Propunha-se aos entrevistados que escolhessem, em alternativa, uma das seguintes afirmações: «Só com o casamento é que uma relação a dois se cimenta» ou «O casamento, em si mesmo, tem pouca importância. O que importa é o bom relacionamento entre duas pessoas».

espiritualista, aderem também à ideia, como aliás a significativa maioria dos outros entrevistados, de que «o casamento pela Igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas» e tendem igualmente a rejeitar a afirmação segundo a qual «o casamento é um sacramento».

Duas palavras finais ainda sobre esta questão do casamento religioso. Em primeiro lugar, convém dizer que é no grupo dos casados há cerca de 20 ou mais anos que encontramos aqueles que se casaram apenas pelo Registo civil como forma de contestação à norma dominante da época, o casamento religioso indissolúvel. Trata-se exactamente de alguns dos protagonistas da geração de 60 para quem a atitude face ao casamento constituía também uma demonstração ética de rebeldia.

Mas novamente aqui não faz sentido, sem introduzir as mediações necessárias, comparar os jovens de então com os de agora. O contexto era totalmente diferente. As posições ritualistas ou pragmáticas só podem ser entendidas no quadro das referências valorativas, e até jurídicas, actuais. Isto é, no contexto em que sem constrangimentos de maior se possa assumir «a beleza» do ritual sem pagar a factura de ter de ficar comprometido definitivamente.

A tendência actual para encarar o casamento como um rito de passagem ao qual se deve associar alguma pompa e circunstância pode ainda ser explicado pela afirmação exterior, o reforço simbólico de um laço que se sabe ser de certo modo mais frágil ou mais ameaçado de dissolução do que no passado? Não será esta também uma maneira subtil de esconjurar fantasmas e de reforçar a convicção de positividade sempre associada ao início de uma etapa da vida que se quer diferente? E não será também que, para efeitos de afirmação simbólica, a cerimónia do casamento civil, tal como ela é realizada em Portugal, é demasiado prosaica e pouco espectacular?

## 2. TRABALHO FEMININO: CUSTOS E MAIS VALIAS

O facto de a taxa de actividade feminina ser muito alta em Portugal, precisamente nos grupos de idade em que as mulheres são férteis<sup>11</sup> - o que não

<sup>11</sup> Os valores da taxa de actividade feminina em Portugal são, como se sabe, relativamente elevados (41,3% em 1992) quando comparados com os de outros países europeus. Só na Dinamarca e na França a taxa de actividade feminina é mais elevada do que no nosso país. Mas os valores mais significativos desta taxa aparecem quando se observa a sua variação por grupos de idade. Na verdade, este valor atinge os 79,2% nos grupos de idade compreendida entre os 25 e os 34 anos e 74,1% no grupo dos 35 aos 44 anos em 1992. O que significa que é precisamente em idade fértil que as mulheres mais participam na actividade feminina. Cf. J. Ferreira de Almeida, A. Firmino da Costa e F. Luís Machado, «Recomposição Socio-profissional e novos protagonismos» em António Reis (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

acontece de forma tão expressiva, por exemplo, em Itália ou em Espanha — constitua outro elemento de análise interessante para a pesquisa.

Na verdade, a subida da taxa de actividade feminina entre os anos 60 e os anos 90 é muito significativa. Sabe-se que este aumento, além de resultar de novas oportunidades, traduz também a escassez de recursos da maioria dos portugueses que conduz muitas famílias a conjugarem os esforços de todos os seus membros para atingir níveis de vida minimamente aceitáveis. Mas é igualmente verdade, que aumentaram de forma significativa os níveis de escolaridade feminina. O facto, por outro lado, de o número de mulheres que frequentam a universidade ser significativamente superior ao dos homens não deixa de ser também um indicador relevante. Estas mulheres querem dotar-se certamente de condições para aceder ao exercício da profissão num plano de igualdade com os homens.

Os efeitos destas transformações no plano conjugal e familiar mereciam uma atenção particular. Mas quando se fala de forma genérica sobre esses impactos referimos sempre situações diversas. A actividade profissional feminina, aliás como a masculina, inclui o que se pode designar por trabalho, emprego, carreira, com correlativos empenhamentos, recompensas e valores que podem ser muito diferentes. A forma como a vida familiar se articula com a actividade profissional depende também dessas diferenças. Para já não falar da especificidade do emprego feminino e da discriminação, que, de forma muito alargada, se faz sentir em muitas das ocupações desempenhadas pelas mulheres.

No guião de entrevista foram incluídas várias perguntas que remetiam para a articulação entre a esfera do trabalho e a esfera conjugal e familiar. A título de mero apontamento, escolheram-se as respostas de duas operárias à pergunta sobre a forma como encaravam o seu trabalho profissional e o pacto que ele tinha no casamento.

Margarida Teixeira tem 35 anos, dois filhos e é casada como um operário da mesma idade. Trabalham os dois na indústria da alimentação. Diz-nos a propósito do trabalho.

Gosto, mas acho que é demasiado cansativo, a gente tem de dar demasiada produção e [...] estamos oprimidas. O cansaço, os turnos afectam a vida de casada. Se eu pudesse deixava de trabalhar para estar em casa a tratar dos meus filhos, tratar da minha casa. Só não gostaria de deixar de trabalhar porque sou um bocado orgulhosa [...] eu ganho para comer. Se a gente não trabalhar já tem que se sujeitar mais aquilo que eles querem [...]. Gostava de arranjar um trabalho não com tanta repressão, exigência [...] gostava de ser efectiva [...] mesmo que ganhasse menos, mas que fosse um trabalho em que eu me sentisse bem [...]. [Margarida Teixeira, 35 anos, 2 filhos, operária]

Percebe-se bem a ambivalência a respeito da actividade profissional. O que é rejeitado não é o trabalho em si mesmo, mas a sua dureza. E esta é combatida pelo poder que o dinheiro joga na relação conjugal e familiar. Como se percebe, não são essencialmente os factores económicos que pesam no desempenho da actividade profissional feminina, mesmo nos sectores onde se poderia esperar que eles fossem decisivos. Alguma autonomia experimentada por estas mulheres, é uma espécie de ponto de não retorno. O referente em termos comparativos é o que se passava na geração das suas mães. Sentem que deram um passo em frente. Desejariam, isso sim, ter uma oportunidade para desempenhar trabalhos menos esgotantes e que se adequassem melhor à vida familiar.

Uma dimensão diferente desse sentimento de autonomia que o trabalho confere surge no depoimento de outra trabalhadora. Lurdes Oliveira tem 35 anos, 5 filhos, é casada com um operário metalúrgico e ela própria trabalha como operária na indústria de alimentação desde os 15 anos. Quando vivia com os pais entregava o salário, por inteiro, à mãe. Desde que casou passou ela a gerir os dinheiros da casa, entregando-lhe o marido o salário dele quase todo. A diferença de situação não deixa de ser salientada por ela de forma positiva, apesar do aumento de responsabilidade e dos limites de ordem financeira que o número de filhos implica. O facto de o seu passado familiar ser avaliado negativamente, dados os conflitos a que assistia entre o pai e a mãe, contribui também para o contraste. Não será de estranhar que diga, quanto à diferença entre o tempo em que vivia com os pais e a actual situação de casada: «sou senhora do dinheiro, sou senhora de comprar aquilo que quero, quando posso». Mas o mais interessante é o que diz quanto ao papel que o trabalho desempenha na sua vida. Mesmo violenta a profissão é valorizada pelo lado da sociabilidade:

No trabalho sinto-me melhor, porque me vejo no meio de muita gente [...] Eu não me sinto segura quando estou sozinha, o medo que eu apanhei, o trauma do que vi o meu pai fazer à minha mãe, [...] eu nem quero falar nisso.

[O trabalho afecta a vida de casada] afecta. Eu entro às três da tarde e saio às 11 da noite. É muito duro. Chego a casa à meia-noite, chego a deitar-me à 1h da manhã. Levanto-me às sete para os mandar para a escola [...] deixar o almoço feito, deixar jantar adiantado, as coisas orientadas [...] veja lá como a minha cabeça não anda. [Lurdes Oliveira, 35 anos, 5 filhos, operária]

A rejeição do fechamento do universo doméstico, e da dependência total em relação ao cônjuge que este pressupõe, parece evidente nos dois excertos referidos. Tendência que se confirma noutras entrevistas mas que aqui ganha particular realce dadas as condições específicas de inserção no mundo do tra-

balho destas mulheres. Mas detectar este tipo de posições só foi possível porque se tratava de respostas a perguntas abertas e as entrevistadas falavam livremente do que sentiam, dos seus desejos, contradições e ambivalências. Nas respostas a uma pergunta fechada sobre a questão do trabalho feminino, curiosamente, Lurdes Oliveira responde aderindo ao modelo assimétrico de família

Na família o ideal é que só o homem exerça actividade profissional e a mulher se ocupe da casa e dos filhos.

e Margarida Teixeira escolhe o modelo simétrico

Na família o ideal é que tanto o homem como a mulher tenham uma actividade profissional e que ambos cuidem dos filhos e partilhem das tarefas domésticas.

Mais uma vez se confirma a distância entre o que considera a boa resposta e o que na verdade se pensa ou deseja.

Quando os trajectos profissionais masculinos e femininos tendem para uma lógica de carreira, o que se passa com outros sectores sociais, a articulação entre a esfera do trabalho e a esfera conjugal levanta problemas específicos e diferentes dos que foram focados. Deixando agora de lado essas questões, passamos antes a alguns apontamentos sobre a partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos.

### 3. TAREFAS DOMÉSTICAS: DA QUEIXA DESMAIADA ÀS REIVINDICAÇÕES FEMININAS

A concordância com o modelo simétrico de família, que considera ideal que tanto o homem como a mulher trabalhem bem como partilhem em casa as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, é maioritária. Em vários gráficos inquéritos feitos e aplicados em Portugal este é um resultado muito evidente. São as mulheres e os jovens que aderem de forma ainda mais esmagadora a este ideal<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Esta tendência foi verificada em vários grandes inquéritos entre os quais o que foi aplicado em 1989, a nível nacional, às pessoas activas a viver em meio urbano da responsabilidade de J. F. Almeida; A. Firmino da Costa e F. Luís Machado. Os resultados quanto à adesão ao modelo simétrico foram os seguintes: aderem a este modelo 78,6 % das mulheres e 55,8 % dos homens. A mesma pergunta foi aplicada em Loures num inquérito à juventude, já citado, sendo os resultados ainda mais expressivos: escolhem o modelo simétrico 87,1 % dos jovens do sexo feminino e 74,2 % do masculino. A diferença de respostas dos dois sexos evidencia bem os efeitos de género.

Representando uma diferença muito significativa relativamente ao passado, a defesa deste tipo de simetria não se traduz de forma directa na efectiva partilha das tarefas domésticas. Se esta tendência de comportamento já tinha sido verificada em Portugal a partir de um inquérito a nível nacional, interessava agora prolongar e aprofundar a análise<sup>13</sup>. Grosseiramente, e porque as fronteiras aqui não são rigorosas, podem ser identificados três grupos.

O primeiro grupo identificado inclui os casais «menos jovens», com durações de casamento acima dos 20 anos, com as idades das mulheres compreendidas entre os 45 e os 55 anos, e em que os dois cônjuges desempenham actividade profissional.

A queixa desmaiada foi o nome que me ocorreu para identificar este grupo. Vejamos porquê. Verifica-se aqui o que alguns dirão que já se sabe. São as mulheres que assumem as tarefas domésticas e o modelo é o dos homens «ajudarem» em coisas mínimas (pôr a mesa, pôr e tirar alimentos do micro-ondas, fazer compras às vezes, etc.). Os factores de variação podem ser encontrados fazendo intervir a variável classe social, que se retraduz aqui na palavra chave — a empregada. Na verdade, mulheres com actividades profissionais como quadros de empresa ou professoras só aliviam a carga doméstica quando têm um emprego. E quando a têm, são elas que são responsáveis pela gestão do desempenho dessas tarefas. Quando não têm trabalham mais em casa. Nos dois casos queixam-se.

Mas, como disse, trata-se de uma queixa desmaiada. Porque depois de largos anos de conjugalidade não têm qualquer esperança de mudar a situação. Porque apesar de tudo se sentem armadilhadas na situação criada. Foram, como algumas delas dizem, educadas a gostar de rendinhas e a ter tudo arrumado, mesmo que depois e ao longo da trajectória conjugal tenham começado a ter actividades profissionais estimulantes. Os homens com quem casaram nos anos 60, mesmo que ideologicamente tenham tido assomos iniciais de participação, rapidamente, ou ao correr do tempo dela desistiram. Hábitos incorporados em sentido literal. No «corpo» deles, nos hábitos adquiridos em socializações familiares que não lhes exigiram esse esforço, nunca foi inscrita essa vontade. Do que resulta que o corpo resiste, e quase sempre manda calar a cabeça quando ela tem tentações de falar ou corresponder aos apelos. Eles sabem que não têm razão e não podem argumentar com os problemas do seu corpo. Geralmente não mudaram as fraídas aos filhos, nem tiveram vigílias de biberão. O que elas sentem como uma armadilha, uma partida que o tempo lhes pregou. É que agora elas vêem os seus jovens colegas de trabalho numa correria mais partilhada com as mulheres, pelo menos ao nível dos cuidados com as crianças.

No plano teórico, o que me parece interessante aqui realçar é o facto do contexto valorativo de uma época retroagir sobre uma lógica conjugal gerada

<sup>13</sup> Cf. Fernanda Infante (coord.), *Tempo para o Trabalho, Tempo para a Família*, Lisboa, Direcção Geral da Família, 1989.



noutro momento. Entra-lhes pela casa a diferença. Questiona, faz pensar. Será que eu ou ele já não podemos fazer de outra maneira? A queixa, uma vez desmaia por completo, noutras reacende-se a propósito de outras mudanças. Como por exemplo o novo período que se avizinha, a saída de casa dos filhos que se tornam autónomos. Ficam a dois novamente. E agora?

Nos casais entre os 10 e os 20 anos de casamento (idades das mulheres entre os 35 e os 40/45), encontramos já situações mais variadas, embora a dominante ao nível da responsabilidade, e mesmo das práticas, seja semelhante — a esfera doméstica e dos filhos recai ainda basicamente sobre as mulheres. Mas em lugar da queixa feminina desmaiada surge o argumento estruturado, afirmativo. Diz Teresa, 40 anos, depois de um daqueles descuidos do marido que utilizou a expressão

«mas eu já te ajudei a fazer» [...] «Tu ajudaste-me a quê? Ajudaste-me a vestir? Ajudaste-me a lavar? Isto é que podia ser uma ajuda a mim. Fizeste coisas de casa que é onde tu vives e eu vivo também, portanto a mim não me ajudaste nada.

Um argumento destes parece incontornável. Pode duvidar-se da sua eficácia na prática, mas a verdade é que ele surge neste grupo e produz certamente alguns efeitos. Era visível também noutros casais, quer a maior capacidade feminina de exprimir a injustiça, quer a relativa maior presença masculina no desempenho de algumas tarefas. Um outro entrevistado dizia a propósito das jornadas de limpeza *Non, ou a vã glória de limpar*. Dizia não, mas lá ia limpando. Quanto ao cuidado com os filhos, já se encontram neste grupo o que, também mudam as fraídas. Começa aqui a insinuar-se a imagem de um homem «culpado» e na defensiva e de uma mulher menos armadilhada, mais reivindicativa.

Nos casais mais novos, com casamentos com duração de menos de 10 anos, e mulheres de idades compreendidas entre os 25 e os 30/35, observamos uma mudança mais significativa. Ainda assim, e na estrita contabilidade do desempenho, são as mulheres que asseguram a maioria das tarefas. Mas globalmente percebe-se que os homens trabalham mais em casa do que os que pertencem às gerações indicadas anteriormente. A diferença torna-se ainda mais saliente nos casos em que os jovens casais têm escolaridade universitária. Vejamos de perto.

O que globalmente parece diferente neste grupo é o reconhecimento mais claro, por parte dos homens e das mulheres, do odioso de algumas tarefas domésticas. Sendo que nesta rejeição tomam a dianteira as mulheres, e sobretudo as que têm escolaridade universitária. Não se trata tanto de reivindicar maior participação dos homens mas de reclamar que venha alguém do exterior que faça o que aos dois custa. O que, obviamente, só é concretizável para muito poucos. Estão os dois em início da vida profissional, os filhos são pequenos, o desafio financeiro é muito limitado e a carga doméstica enorme:

Se associarmos estas dificuldades ao facto de serem ainda as mulheres que assumem a maioria das tarefas, percebe-se que elas vão continuar a gerir com dificuldade as suas múltiplas funções. Os homens encontram-se numa posição defensiva, trabalham um pouco mais do que noutras gerações — neste caso eles têm de mudar as fraídas aos filhos — mas o seu corpo continua a responder menos do que o necessário.

#### 4. A CASA: ENTRE O SAIR E O FICAR

Uma das hipóteses da pesquisa que traduzia a questão da mudança entre gerações no plano dos valores consistia na ideia de que, hoje, antes do casamento, haveria maior simetria no domínio das experiências e dos percursos entre rapazes e raparigas. Por outras palavras, julgava que iria desaparecer aquela queixa que tinha ouvido, às vezes suave, às vezes sonora, da boca de mulheres menos jovens, lamentação do tipo da de Manuela, que tem 52 anos e que dizia assim, referindo-se ao princípio do casamento: «Eu era uma tapadinha»

Partia da hipótese de que as raparigas teriam hoje mais experiências relacionais antes de casarem. Por outro lado, a proximidade de percursos dos jovens do dois sexos poderia tender a aproximar também as opiniões e pontos de vista quanto ao entendimento do universo do outro. Se assim fosse seria menor a assimetria entre os sexos, o que teria eventualmente efeitos nas expectativas em relação ao casamento e na própria vida conjugal. As mudanças de discurso que se notaram acima podiam constituir um exemplo desses efeitos. Como se verá, estas relações, que têm subjacente a operacionalização do conceito de género, não são tão lineares.

Vejamos o que se passa com os casais mais jovens. Torna a fazer sentido invocar a distinção entre os que passaram pela universidade e os que não o fizeram. Começando com os últimos, deixem-me ilustrar o que convencionei chamar o síndrome das discotecas.

O Manuel tem 31 anos e a Ana 26, estão casados há 4. Ele é empregado de comércio, ela empregada de escritório, e têm ambos o ensino secundário. Enquanto ela foi muito controlada pelos pais e não teve relações sexuais se não com o marido, ele, não deixando de indicar que era tímido na abordagem das raparigas, considera que saía imenso à noite antes de casar e que teve imensa experiência. O que se passa agora é que ela finalmente pode sair, divertir-se, ir às discotecas, e ele pelo contrário diz que já passou por isso tudo. Decididamente não lhe apetece sair de casa. O casamento significava para ela a grande aventura a dois, e para ele o verdadeiro repouso do guerreiro.

Este síndrome das discotecas repete-se noutros casais com trajetórias sociais idênticas. Embora para outros, já com filhos, a questão seja referida co-

mo um problema do passado. Se associarmos esta distinção com a questão das tarefas domésticas, percebe-se que a casa tem para os dois membros do casal significados diferentes. Para as mulheres ela está também associada a carga, trabalho; e para eles a repouso, reconstituição. Elas querem sair, eles querem ficar.

Nota-se neste grupo que se exerce ainda grande controlo sobre as raparigas, isto é, continuam a funcionar as distinções de género, ao nível da socialização. É preciso, no entanto, relacionar o factor género com o factor experiência. O que se vê muito bem no contra exemplo do caso de Amélia, 31 anos, empregada numa loja. Foi muito controlada pelos pais, mas conseguiu sempre escapar-se. Divertiu-se quanto pôde e teve namorados. Agora, tal como Jorge, o marido, quer paz e estabilidade. O repouso da guerreira. Existirão outras assimetrias mas por aqui não há problema.

E quanto aos casais jovens que passaram pela universidade? Sendo um espaço de socialização e sociabilidade importante para todos, a universidade constitui, sobretudo para as raparigas que foram ou são mais controladas em casa, um acréscimo importante de liberdade e de experiência. Foi nas entrevistas das jovens casadas com formação universitária que se notou maior simetria de trajectos entre os cônjuges. Neste grupo, o perfil dominante, ao contrário do anterior, parece ser o das raparigas terem mais experiência de relacionamento amoroso e sexual antes de conhecerem o namorado com quem decidem casar.

Se a maior simetria de trajectos tiver influência, como se supõe, nas expectativas face ao casamento, não será tanto por aqui que se notarão diferenças entre os jovens casados dos dois sexos. Não deixam, claro, de se colocar outras tensões. Por um lado, quando surgem as crianças, e mesmo que a actividade profissional das mulheres seja absorvente, há um aumento significativo da ocupação do tempo nas actividades relacionadas com a casa. Os filhos e o trabalho doméstico invadem o espaço até aí disponível. As dificuldades deste momento do ciclo de vida são expressas por todos, homens ou mulheres, nesta situação. Mas não será por acaso que quando se pergunta o que gostariam mais de mudar, a propósito de diferentes dimensões da vida, homens e mulheres neste grupo desejam coisas diferentes. A título de exemplo, elas querem uma empregada a tempo inteiro, eles querem fazer uma pós-graduação. Está aqui implícita uma diferença de que já se falou a propósito das tarefas domésticas. Que virá a passar-se? Será que ele vai fazer agora a pós-graduação e a seguir faz ela? Ou será que depois o investimento na maternidade vai congelar por mais tempo ou definitivamente os trajectos profissionais femininos? O futuro o dirá. As tensões, essas, são visíveis no presente.

## 5. CONVERSAS E SILÊNCIOS

Finalmente falemos de conversas e de silêncios. Constituem dimensões de análise relevantes para a pesquisa aspectos como a comunicação no casal, a importância que a ela se atribui, os espaços de partilha, os espaços de autonomia e de reserva, os aborrecimentos, os conflitos, as relações com terceiros, as concepções sobre o decurso da própria relação.

Subjacentes a estas dimensões encontram-se problemáticas que remetem para perguntas feitas no início. Caminha-se, como alguns autores apontam, para a desinstitucionalização do casamento<sup>14</sup>, ou como outros dizem para a «relação pura», auto-referenciada<sup>15</sup>? Isto é, será que os referentes para a continuidade e duração do projecto conjugal tendem a centrar-se mais na chamada «qualidade intrínseca» dessa relação, e não, como no passado, numa lógica de preservação da instituição? E que critérios definem essa ideia de qualidade: sentimento amoroso, comunicação, partilha, projecto parental? Telegraficamente, três notas a este propósito.

Há sinais evidentes em muitas destas entrevistas de que é a qualidade da relação, expressa no sentimento amoroso, que alimenta a continuidade. A ideia, no entanto, não é partilhada por todos. Aparecem inúmeras variantes, desde os que se apoiam mais na solidariedade do que no amor, até aos que vivem o casamento como um destino, uma responsabilidade contraída e incontornável.

Por outro lado, se a comunicação é um dos critérios da chamada «qualidade» da relação, um «must», a boa resposta no actual contexto, a importância que na prática a ela se atribui, é também variada. Mas a gestão das conversas e do silêncio está ligada a uma dinâmica complexa que se relaciona de forma muito estreita às exigências da preservação do espaço íntimo, sem abdicar de procurar partilhas. Difícil empresa, que com altos e baixos não deixa de provocar por vezes tensões. Tende-se, por exemplo, a evitar tópicos de conversa susceptíveis de provocar conflitos ou mal-estar (comentários desagradáveis sobre a família do outro, histórias de antigos namorados, relações com terceiros que mesmo inocentes possam ser pressentidas como ameaças). Esta preservação de zonas de reserva e de intimidade parece funcionar como defesa contra situações do tipo das que tendem a transformar o outro num terapeuta que tem de entender tudo, discutir tudo, compreender tudo, ouvir tudo. Mas são equilíbrios complexos, e às vezes paradoxais, porque têm fronteiras difíceis de estabelecer. Onde começa e onde acaba o silêncio legítimo, onde se insinua a ocultação?

Mensagem final. Como noutras dimensões da vida social nas sociedades contemporâneas, também nas relações conjugais se nota que os padrões

<sup>14</sup> Cf. Louis Roussel, *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob, 1989.

<sup>15</sup> Cf. Anthony Giddens, *Modernity and Self-Identity*, Cambridge, Polity Press, 1991, e do mesmo autor *The Transformation of Intimacy*, Cambridge, Polity Press, 1992.

pré-fixados de tempos anteriores são de pouco utilidade. Tendencialmente, trata-se de processos sempre em aberto. À medida que a relação evolui nos seus altos e baixos, no meio de múltiplas turbulências fazem-se várias aprendizagens sobre o outro, sobre si próprio, sobre a dinâmica relacional. Mas verifica-se, sensação mais nítida em certos momentos da vida conjugal e nalguns casais, que nem sempre se sabe muito bem como agir, o que dizer, o que fazer, que consequências para a relação de tal ou tal atitude. Presentem-se dimensões de risco.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. Ferreira de, *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- ASKHAM, Janet, *Identity and Stability in Marriage*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- BROWN, Robert, *Analysing Love*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- CANCIAN, Francesca, *Love in America - Gender e Self-development in América*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- CAPLAN, Pat, (ed.), *The Cultural Construction of Sexuality*, Londres Tavistock Publications, 1987.
- GIDDENS, Anthony, *Modernity and Self-Identity*, Cambridge, Polity Press, 1991.
- GIDDENS, Anthony, *The Transformation of Intimacy*, Cambridge, Polity Press, 1992.
- HARÉ, Rom, (ed.), *The Social Construction of Emotions*, New York, Basil Blackwell, 1986.
- KAUFMANN, J. Claude, *La Trame Conjugale*, Paris, Nathan, 1992.
- KAUFMANN, J. Claude, *Sociologie du Couple*, Paris, PUF, Que-sais Je?, 1993.
- KELLERHALS, Jean, *Mariages au quotidien - Inégalités Sociales, Tensions Culturelles et Organisation Familiale*, Lausanne, Ed. Pierre Marcel Favre, 1982.
- LORBER, Judith and FARREL, Susan, (ed.), *The Social Construction of Gender*, California, Sage Publications, 1991.
- LUHMANN, Niklas, *Love as a Passion*, Cambridge, Polity Press, 1986.
- ROUSSEL, Louis, *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob, 1989.
- SCHWARTZ, Olivier, *Le monde Privé des Ouvriers*, Paris, PUF, 1990.
- SINGLY, François de, *Fortune et Infortune de la Femme Mariée*, Paris PUF, 1987.
- TORRES, Anália, *Fatalidade, Culpa, Desencanto - Formas da Ruptura Conjugal*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, ISCTE, 1990.